

## Artigo

# ***Caderno de Memórias Coloniais e As Naus* sob a luz dos retornados: propostas para um comparatismo cooperativo entre literaturas de Língua Portuguesa**

***Caderno de Memórias Coloniais* and *As Naus* under the light of the returned: proposals for a cooperative comparatism between Portuguese Language literature**

***Caderno de Memórias Coloniais* y *As Naus* a la luz de los regresados: propuestas para un comparatismo cooperativo entre las literaturas en Lengua Portuguesa**



**Júlio César Kohler Damasceno Baron**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

juliobaron@discente.ufg.br



**João Paulo Ferreira dos Santos**

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

joapaulofds1@gmail.com

**Resumo:** É traçado um panorama do Estado Novo português visando a entender como o neocolonialismo foi peça chave para sustentação do regime salazarista. Essa parte é essencial para a compreensão dos “retornados”, categoria composta por ex-residentes em África e que voltam desidentificados de suas origens. Tal designação permite intersecções entre *As Naus*, visto como romance histórico conforme Lukács (2011), e *Caderno de Memórias Coloniais*, autoficção, tendo como metodologia o comparatismo cooperativo entre literaturas de língua portuguesa segundo Abdala Jr (2003; 2012; 2015). Na análise, serão abordados os focos

narrativos e construções das personagens, não sem recorrer a excertos críticos como base.

**Palavras-chave:** *As Naus*; *Caderno de memórias coloniais*; Comparatismo literário.

**Abstract:** An overview of the Portuguese Estado Novo is drawn in order to understand how neocolonialism was a element sustaining the Salazarist regime. This is essential for understanding “returnees”, a category made up of former residents of Africa who return without identifying themselves. This designation allows intersections between *As Naus*, seen as a historical novel according to Lukács (2011), and *Caderno de Memórias Coloniais*, autofiction, having as a methodology the cooperative comparatism according to Abdala Jr (2003; 2012; 2015). In the analysis, the narrative focuses and constructions of the characters will be addressed, not without resorting to critical excerpts.

**Keywords:** *As Naus*; *Caderno de memórias coloniais*; Literary comparatism.

**Resumen:** Se traza una visión general del Estado Novo portugués para comprender cómo el neocolonialismo fue elemento clave en el sostenimiento del régimen salazarista. Esta parte pretende comprender a los “retornados”, una categoría formada por antiguos residentes en África que regresan sin identificarse con sus orígenes. Tal designación permite cruces entre *As Naus*, vista como novela histórica según Lukács (2011), y *Caderno de Memórias Coloniais*, autoficción, teniendo como metodología el comparatismo cooperativo entre literaturas según Abdala Jr (2003; 2012; 2015). En el análisis se abordarán los enfoques narrativos y las construcciones de los personajes, usando a extractos críticos como base.

**Palabras-clave:** *As Naus*; *Caderno de memórias coloniais*; Comparativismo literário.

Submetido em: 13 de setembro de 2023

Aceito em: 16 de janeiro de 2024

Publicado em: 17 de janeiro de 2025

## 1 Introdução

Pretende-se examinar as intersecções entre a autoficção *Caderno de memórias coloniais*, de Isabela Figueiredo (1999; 2018), e o romance *As naus* (1988; 2011), de António Lobo Antunes, usando como fio de análise a designação social dos retornados<sup>1</sup>. Estima-se que entre 500.000 e 800.000 colonos portugueses tenham abandonado sua residência em África entre 1974 e 1979 (Peralta, 2019), evidenciando um sistema colonial esfacelado pelas guerras de independência, e enterrado pela chamada Revolução dos Cravos, em abril de 1974.

Desse modo, esta pesquisa parte de um rápido panorama político e econômico do salazarismo durante o período do Estado Novo, enfatizando algumas de suas políticas de recrudescimento, até a explosão das guerras por independência e o retorno dos colonos (e africanos nativos, filhos de colonos), sobretudo em Moçambique e Angola. Para isso, buscaremos amparo nos excertos historiográficos de Duarte (2019), Guillen (2007), Peralta (2019) e Rampinelli (2014). A partir das obras mencionadas, pensaremos a aplicação de um método comparatista pautado em laços de solidariedade e cooperação, o qual permite “uma forma plural de nos imaginarmos com repertórios de várias culturas” (Abdala Jr, 2003, p. 66), logo, as múltiplas subjetividades situadas entre a África, a Península Ibérica e a América Latina. Para tanto, usaremos os recursos propostos por Abdala Jr (2003, 2012, 2015).

A análise, bem como o exercício de identificação das intersecções e diferenças a partir do método proposto, vimos que são permeados por projetos estéticos que revelam dimensões éticas e políticas da sociedade e das relações inter-humanas. Para os fins desta pesquisa, reconhecemos a literatura em sua capacidade de manejar múltiplos campos de conhecimentos a partir de recursos ficcionais e de relatos, próximos na medida em que oferecem essa visada artística, não meramente informativa, para exposição e interpretação de uma categoria social e/ou como recurso para

<sup>1</sup> Em Portugal, a designação “retornado” resulta da criação pelo Estado português do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), um organismo instituído para integração dessa população (PERALTA, 2019).

rememoração e testemunho de fragmentos encobertos pelos discursos hegemônicos. Assim, *Caderno de Memórias Coloniais*, autoficção, e *As Naus*, obra que compreendemos situada nos pressupostos de Lukács (2011) sobre romance histórico, surgem como objetos capazes de promover tomadas de consciência, sobretudo em relação ao povo português e aos descalabros da colonização. E é sobre isso que trataremos doravante.

## 2 Colonialismo, Estado Novo, deslocamentos e retornos

Antônio Salazar tem sua trajetória política na então ditadura militar portuguesa marcada, primeiro, por ter sido responsável pela pasta de Finanças a partir de 1928 e, depois, como Presidente do Ministério, entre 1932 e 1968. Amparado pela constituição de 1933, essa ascensão foi inicialmente caracterizada pela rigidez orçamentária visando um equilíbrio de contas e pelo protagonismo em conflitos entre facções militares, por onde sobressai e alcança o cargo máximo do Conselho (Rampinelli, 2014).

Esse regime, que se perpetua até a derrubada do Estado Novo na chamada Revolução dos Cravos<sup>2</sup>, em 25 de abril de 1974, tem como marca a produção predominantemente agrícola e sem indícios de modernização à altura do que se constituía no resto da Europa, o que também impedia o fortalecimento de um operariado consciente. Outros aspectos determinantes do período são o nacionalismo extremado e o fechamento econômico, marcas que se estendem visando o desenvolvimento desse projeto de poder, sobretudo pelo suporte que oferecem para a consolidação de uma economia de escoamento. Assim, é importante constatar que:

O império colonial vai desempenhar um papel historicamente decisivo na manutenção do regime, tornando-se um escoadouro natural de mercadorias e, posteriormente, de capitais, bem como uma fonte de matérias-primas

<sup>2</sup> “A queda do regime liberou as forças do movimento popular e operário que começaram a mobilizar-se em torno de reivindicações reprimidas por quarenta e oito anos de regime ditatorial. A dinâmica da revolução portuguesa levou, posteriormente, à derrubada de Spínola, general do velho regime, para que se constituísse um governo do Movimento das Forças Armadas (MFA), com o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS). Esse processo ficou conhecido como a “Revolução dos Cravos” (GUILLEN, 2007, p. 42).

e bens alimentares, evitando-se desse modo o surgimento de crises que poderiam levar a sua ruptura (Rampinelli, 2014, p. 121).

Um dos documentos que regulamentou a relação de dominação Portugal-colônias africanas foi o “Acto Colonial” registrado pelo Decreto-Lei nº 22.465, publicado em 1933. Esse regramento normatiza a posse e colonização ao atribuir à Nação Portuguesa o papel de “desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos<sup>3</sup>”, revelando, nas entrelinhas da ocasião, “[...] a tese de que a manutenção de Portugal como Estado-Nação dependia diretamente do império colonial” (Rampinelli, 2014, p. 126), bem como, posteriormente, “a íntima correlação existente entre as guerras coloniais e a queda do salazarismo” (Rampinelli, 2014, p. 127). É por meio de pressões geopolíticas anticolonialistas, além da politização das forças armadas portuguesas através do Movimento das Forças Armadas numa conjuntura de insustentáveis guerras por independência em colônias africanas, que se principia a queda do regime salazarista.

Nos entremeios dessa conjuntura histórica, recuamos, agora, visando entender o fluxo intenso para povoamento das então colônias por portugueses nativos, sobretudo pela busca de melhores condições do que as oferecidas por um Portugal alheio às demandas sociais dos mais pobres, além das próprias cartas oferecidas pelo Estado-Nação, em busca de povoamento e formação de uma identidade portuguesa em África. Serão essas pessoas, deslocadas de suas origens, as protagonistas do retorno tempos depois.

Com o processo de democratização em curso a partir da derrocada do Estado Novo, Portugal pautava-se na aplicação da máxima dos três “D”, programa de revitalização baseado nas noções de “Democratizar, Desenvolver, Descolonizar”. Nesse sentido, uma das primeiras medidas foi pôr fim às guerras coloniais travadas entre o exército português e os movimentos de libertação, sobre-

<sup>3</sup> Disponível em: [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto\\_colonial.pdf](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf). Acesso em: 06 fev. 2021.



tudo em Angola e Moçambique, consoante com a efervescente onda de descolonização iniciada em meados do fim da Segunda Guerra Mundial.

Em termos gerais e panorâmicos, algum clima de inércia pairava entre as colônias no que diz respeito ao que ocorrera no 25 de abril português, não sendo isoladas as notícias de que “o 1º de maio era celebrado em Lourenço Marques como uma ‘exaltação da portugalidade’ e o general Costa Gomes celebrava os nascidos à sombra da bandeira de Portugal [...], dando Angola como exemplo de luso-tropicalismo” (Góis *apud* Peralta, 2019, p. 314). Essa conjuntura de certa passividade e concessão, aliada às negociações dos termos de independência e a chamada transferência de soberania, apontavam para um ambiente de amenidades em relação à permanência e integração daquelas populações brancas, compostas, basicamente, por portugueses que se deslocaram até as então recém ex-colônias décadas antes. Lá, elas alcançaram uma condição de estabilidade patrimonial, alavancada, além do trabalho de natureza agrícola, pela prestação de serviços para constituição de uma infraestrutura básica, não sem se valer de mão-de-obra nativa, mediante exploração e violência, para isso.

Era, por exemplo, o caso do pai de Isabela Figueiredo, figura central de *Caderno de Memórias Coloniais*, e “a quem coube a missão de eletrificar a Lourenço Marques desse tempo” (Figueiredo, 2018, p. 42). Essa marcação não se dá sem a evidência de um comportamento racista, trazendo a voz do pai para a narração ao dizer que a intenção era mesmo “controlar o trabalho da pretalhada, a pô-los na ordem com uns sopapos e uns encontrões bem assentes pela mão larga, mais uns pontapés, enfim, alguma porrada pedagógica, o que fosse necessário à fluidez do trabalho” (Figueiredo, 2018, p. 43). Assim, de acordo com os prognósticos sociais da ocasião, sob as vistas dos colonos:

[...] um branco saía caro, porque a um branco não se podia dar porrada, e não servia para enfiar tubos de eletricidade pelas paredes e, depois, cabos elétricos por dentro deles;

não tinha a mesma força de besta, resistência e mansidão; um branco servia para chefe, servia para ordenar, vigiar, mandar trabalhar os preguiçosos que não faziam nenhum, a não ser à força (Figueiredo, 2018, p. 43).

Posterior ao que se observa nesses excertos, o que se viu foi um cenário de tensões e conflitos violentos entre as representações políticas e as respectivas populações envolvidas nos processos de independência. Diante desse cenário, o retorno se tornou inevitável. Vários são os meios de transportes, sobressaindo a ponte aérea com deslocamentos diários, sobretudo em Moçambique e Angola, países mais populosos e de maior contingente de portugueses que migraram para África nos últimos anos de colonialismo português<sup>4</sup>. Outro aspecto interessante é que, apesar da integração dificultosa e dos estereótipos criados em torno dessas pessoas, hostilizadas pelos portugueses metropolitanos na volta, consta também que aquelas populações alcançaram, durante a vida nas ex-colônias, “altas qualificações na formação escolar, com cursos superiores, predominando as áreas de tecnologia/engenharia e ciências agropecuárias” (Duarte, 2019, p. 509).

Apesar disso, e dos esforços de reintegração do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), as pessoas que não tinham refúgio familiar receberam abrigo em locais públicos, bem como hotéis e pousadas, sobretudo em Lisboa e Porto. É o caso do personagem Pedro Álvares Cabral que, n’*As Naus*, aparece como figura apresentada fora de seu contexto de origem, num deslocamento temporal, anacrônico, capaz de gerar carga crítica ao romance de Lobo Antunes. A visão que esta personagem tem logo que retorna a seu país de origem é assim representada:

Abaixo, na Rua de Arroios com obras nos esgotos e um caterpillar a entupir o trânsito, ficavam capelistas decrépitas, bares e prostitutas e merceariinhas manhosas enxadadas de operários de pavio de bagaço aceso no castiçal

<sup>4</sup> Peralta (2019) concorda com Castelo (2009) ao afirmar que os primeiros colonos começam a estabelecer-se em África apenas em finais do século XIX, durante o período conhecido como “corrida para África”, quando o Estado português cria algumas colônias agrícolas e conduz centenas de colonos sob tutela. Ela afirma que “o apogeu deste movimento migratório rumo às colônias acontece nos anos cinquenta e primeira metade dos anos 60, tendo-se mantido elevado nos 13 anos de guerra colonial” (PERALTA, 2019, p. 319).

da mão. Um rato húmido de brilhantina escapou-se de um caneiro, correu ao longo de degraus assoreados e esgueirou-se num monte de cascalho. Os mendigos observavam-no de longe, em silêncio, debaixo de um pedaço de tenda, e nesse instante viu as letras

Residencial Apóstolo das Índias

pintadas a amarelo ao lado de uma porta aberta ou do que havia sido uma porta e não era mais do que uma espécie de cancela esburacada (Antunes, 2011, p. 23).

Fato é que o preconceito sofrido por esse contingente é uma mancha na história recente do país. A delicadeza do tema justifica o fato de que parte do imaginário português considera o assunto esclarecido; ao mesmo tempo, “esse ‘outro que retornou’ é, assim, alguém que ocupa um lugar de desidentificação, fundando uma ‘convivialidade assente na ocultação’ ” (Peralta, 2019, p. 327). Essa *ocultação*, por sua vez, se materializa por um silenciamento que vem à tona, seja por vergonha, seja por humilhação, sobretudo pela perda de toda uma vida construída em África, ainda que impregnada de pressupostos colonialistas de racismo e de exploração.

Eis outra inflexão: são vários os pontos de vista em jogo. Se o discurso português busca (predominantemente) acobertar as nuances desse retorno, algumas formas de rememoração permitem a repercussão de outros componentes caros ao momento histórico. É nesse sentido que o livro de Isabela Figueiredo:

[...] apresenta as suas lembranças, mas sem o compromisso de reiterar o discurso comum dos portugueses. Ao contrário, faz questão de subvertê-lo. A análise da obra, mesmo abordando outro espaço, ajuda a pensar o relacionamento entre os povos locais e os colonos, fato obscurecido em seus discursos (Flores, 2019, p. 150).

Próxima disso, a obra de António Lobo Antunes reconfigura o nacionalismo português, subvertendo o papel de alguns considerados mitos da historiografia lusitana ao colocá-los em condição



de miséria nesse retorno, assumindo, pela via estética, a “responsabilidade de recontar – de maneira menos monológica e unilateral – a narrativa de apogeu e declínio de um império colonial longevo” (Bergamo; Medeiros, 2017, p. 121). Eis, enfim, um dos poderes da literatura: assimilar e subverter o fato histórico em busca de outros pontos de vista, agora inseridos em um plano artístico.

Conforme veremos a seguir, outro ponto de encontro gira em torno do fortalecimento das relações *de* e *entre* objetos culturais e epistemologias múltiplas entre falantes de língua portuguesa, condição que consideramos imprescindível para propostas de estudos comparados, como essa.

### 3 A cooperação que se alia ao método

A proposta de identificar as intersecções entre obras literárias em língua portuguesa, mas de naturezas estéticas diversas como *Caderno de Memórias Coloniais* e *As Naus*, se ampara em alguns pressupostos básicos, pilares que são para uma proposta de comparatismo entre autorias de língua portuguesa: primeiro, a epistemologia pós-colonial em sua capacidade de analisar a fundo as identidades construídas por discursos hegemônicos amparados em projetos de poder; segundo, o surgimento de alguma subjetividade pautada, sobretudo, na língua como mecanismo de supranacionalidade, conforme Abdala Jr (2003); e, terceiro, a formação de pactos de cooperação em busca de um ponto de vista próprio, antes embasado numa noção de solidariedade entre blocos que guardam “fronteiras múltiplas e identidades plurais” (Abdala Jr, 2012, p. 35). Tratemos, pois, de cada um deles, motivações e justificativas que são para a existência deste trabalho.

A epistemologia pós-colonial se aplica pela própria natureza estética das obras estudadas, as quais, cada uma a seu modo e explorando suas espacialidades e temporalidades, revelam a máxima de que “o poético se instaura pelo trabalho artístico do referencial político” (Abdala Jr, 2003, p. 70), trazendo à tona discursos outrora pormenorizados. É desse modo que assumimos essa “dança” en-

tre forma e política como motivação máxima para uma proposta de aproximação entre, de um lado, o relato da filha de colonos que nasce (mas se desprega) do colonizador, reverberando a sociedade moçambicana pré-independência ao demonstrar aproximação identitária com o nativo, bem como a condição de retornada após a eclosão da guerra por independência, na obra de Isabela Figueiredo; à outra, construída ficcionalmente e que permite uma reconfiguração historiográfica de Portugal através de figuras míticas que retornam à Lixboa<sup>5</sup> em condição de miséria pós-abril de 1974, como ocorre em *As Naus*, de António Lobo Antunes.

Desse modo, consideramos coerente a existência de um estatuto que rege esse universo como algo que encontra referenciais comuns não só entre os países de língua portuguesa, mas entre os países da América Latina. Chegamos, então, a uma noção da *crioulidade* como recurso supranacional, “uma potencialidade objetiva e que pede o concurso de nossa subjetividade, isto é, de nossa potencialidade subjetiva, de nosso desejo, para nos situar dentro dessa perspectiva crioula” (Abdala Jr, 2003, p. 68), ampla, múltipla, mas sem desconsiderar as especificidades de cada cultura, sobretudo as historicamente subalternizadas.

Desse modo, propomos a observação “a partir de um ponto de vista próprio” (Abdala Jr, 2003, p. 69), pautado numa dinâmica de cooperação anterior às colisões oferecidas pelas nuances perversas do imperialismo e(m) suas variações. Uma reconfiguração radical como essa, no mínimo:

[...] solicita uma teoria literária descolonizada, com critérios próprios de valor. Em termos de literatura comparada, o mesmo impulso nos leva a enfatizar estudos pelos paralelos – um conceito mais amplo que o geográfico e que envolve simetrias socioculturais. Assim, os países ibéricos situam-se em paralelo equivalente ao de suas ex-colônias. *Em lugar de um comparatismo da necessidade que vem da*

<sup>5</sup> Em *As Naus*, Lobo Antunes desloca a nomenclatura da capital Lisboa para “Lixboa”, destino dos retornados a que se refere o livro e que, agora, é visto e representado como “a caótica metrópole de um império em escombros” (BERGAMO; MEDEIROS, 2017, p. 122).

*circulação norte/sul, vamos promover, pois, o comparatismo da solidariedade, buscando o que existe de próprio e comum em nossas culturas* (Abdala Jr, 2003, p. 67, grifo nosso).

Caminhamos, portanto, rumo a um acordo abstrato de cooperação e solidariedade entre Brasil e países de língua portuguesa, de um lado, e entre Brasil e os demais países latino-americanos, de outro. Antes, pois, de uma unilateralidade, a pauta aqui é justamente concentrar os interesses entre as margens do mundo em suas aproximações e distanciamentos, promovendo, por intermédio dos objetos culturais literários, um exercício metodológico que assimile esse escambo de influências responsáveis por, em alguma medida, constituir essas culturas, de modo distante das noções ultrapassadas de fonte e de influência.

## 4 Romance, história e a representação dos retornados em *As Naus*

A representação do apogeu e declínio português ganha contorno ficcional em António Lobo Antunes, o qual, através do romance *As Naus*, manifesta um entrelaçar temporal dos séculos XV, XVI e XX ao atribuir condição de miséria a figuras eloquentes da memória lusitana. É a partir dessas “metonímias das pessoas comuns” (Bergamo; Medeiros, 2017, p. 122) que figurões como Pedro Álvares Cabral, Luís de Camões, Vasco da Gama e Manuel de Sousa de Sepúlveda, agora retornados após a vivência em África, vagueiam por uma Lixboa lúgubre e que “cheira a butano, a fumo de farturas, à peste dos séculos idos” (Antunes, 2011, p. 28).

Ao adotar “[...] a descontinuidade narrativa, a contraposição de tempos anacrônicos, espaços e figuras históricas e fictícias, enfim, a representação descentrada e paródica dos mitos colectivos da memória colonial” (Ribeiro; Ferreira *apud* Bergamo; Medeiros, 2017, p. 125) como artifícios de composição, Lobo Antunes atribui aos figurões, antes relacionados a um imaginário de desbravamento e conquista, alguma sensibilidade recheada de saudosismo, seja pelo que viveram numa África luso-dominada antes do

estopim das guerras, seja pelo Portugal visto como esplendoroso em seus períodos de desbravamento e navegação.

Nesse sentido, a representação daquela alma orgulhosa se perde e, inferiorizada pelo fracasso de um sistema colonial decadente, dá lugar às angústias corriqueiras da condição de retornado. Uma delas é verificada no primeiro capítulo, quando Pedro Álvares Cabral é questionado sobre ter parentes vivos para abrigá-lo enquanto aguarda o voo de volta à Lixboa. Representando aquele conflito entre o português metropolitano e o ultramarino, a reflexão do navegador sobre a família que morreu há séculos transparece reprovação, através de imagens que emulam as práticas racistas imiscuídas no imaginário do português que ficou. É o próprio Cabral quem assume a narrativa antes de ser encaminhado a “uma casa arruinada no meio de casas arruinadas” (Antunes, 2011, p. 23):

A minha família de queixo amarrado e moedas de prata nas órbitas a fitar-me com reprovação, Este é o que foi para Loanda morar no meio dos pretos em lugar de explorar uma tabacaria na Venezuela ou um escritório de transportes na Alemanha, este é o que montou um comércio de talhante nos musseques, vendia costeletas aos cafres, fez um milho a uma mulata, habitava um pré-fabricado da Cuca, nem um coche, nem um batel possuía, aos domingos espojava-se na sala, de calções a ouvir relatos de futebol e a comer merda de sanzala [...] (Antunes, 2011, p. 11-12).

Imagens chocantes também são atribuídas a Camões, na obra representado como um sujeito qualquer “de nome Luís” que arrasta o pai no caixão desde Angola até a oportunidade de um enterro em Lixboa, esse lugar que “se crispa a horas mortas numa mudez sonâmbula” (Antunes, 2011, p. 67). Esmorecido pela miséria de espírito, nem os tragicômicos encontros com o “maneta” Miguel de Cervantes ou com o “ourives” Gil Vicente o consolam, sendo a memória de uma África antes da morte do pai e das guerras o seu alívio ao longo do romance. Apesar da parodização dessas personagens, reconfiguradas que estão ao assumirem a condição de

uma categoria social revelada séculos depois de suas atribuições, podemos atribuir à obra a condição de romance histórico, justamente pela capacidade de “figurar destinos individuais em que os problemas vitais da época ganhem uma expressão direta e ao mesmo tempo, típica” (Lukács, 2011, p. 346).

Assim, Lobo Antunes reconfigura o nacionalismo português, na medida em que descreve os problemas do povo de uma época, aquele mesmo povo que se deslocou no início do século XX na corrida para a África e que agora amarga pelo dismantelamento da empresa colonial. Desconstroem-se as referências míticas, dando a elas características humanas; ao invés de idealizadas, elas são, agora, humilhadas. Sua obra se destaca na medida em que revela “[...] o conteúdo social e psicológico do destino figurado” (Lukács, 2011, p. 346), “de modo que certos aspectos importantes e universais do destino do povo se expressam diretamente na vida pessoal dessas personagens” (Lukács, 2011, p. 347), sobretudo quando projeta uma grande história a partir das agruras e sensibilidades dos desamparados pelo mesmo Estado que os projetou. Assim, a representação dos retornados em *As Naus* funciona como impactante mecanismo de ação progressiva, uma vez que, de forma eloquente e recheada de imagens fantásticas, realiza uma reflexão ficcional, não sem se despregar de um real que ainda atravessa o imaginário lusitano como um dos grandes, se não o maior problema sociológico do país pós-Estado Novo, ainda que intrinsecamente promovido por ele.

A preocupação com essa figuração do real é tamanha que são várias as passagens que remontam a algo vivenciado durante o retorno. É o que se vê, por exemplo, sobre o abandono de África às pressas, bem como a negação de que a empreita tenha sido válida, haja vista que, para Cabral, “nem a miséria de um tostãozinho te sobrou” (Antunes, 2011, p. 27) para quitar os valores cobrados por Francisco Xavier, co-fundador da Companhia de Jesus e que na obra é o gordo dono da pensão que aloja os retornados sem família. É por meio desse diálogo com as duas faces do inoportu-



no<sup>6</sup> que o arranjo estético desafia a história, “fagocitando-a” para convertê-la em projeto ético e político.

Eis, portanto, um poder da arte literária presente na obra de Lobo Antunes: “descrê, mas escreve porque, minimamente, ainda se entende como espaço para realização daquilo que a história oficial não consolidou” (Bergamo; Medeiros, 2017, p. 123). Retomando novamente os pressupostos conceituais do romance histórico, pode-se afirmar que esta obra de Lobo Antunes efetivamente se configura como tal, uma vez que, entre outros fatores,

[...] consegue criar homens e destinos em que se manifestam imediatamente conteúdos, correntes e problemas sócio-humanos importantes de uma época, então ele pode retratar a história a partir de “baixo”, a partir da vida do povo. E, depois que se tornam concreta e imediatamente vivenciáveis por nós, as grandes personagens históricas retratadas pelos clássicos têm a função de resumir e universalizar esses problemas e correntes em um nível superior da história típica (Lukács, 2011, p. 348).

## 5 Retorno e desterro em *Caderno de Memórias Coloniais*

Uma das peculiaridades da obra *Caderno de Memórias Coloniais* é o fato de Isabela, autora, narradora e personagem, ser filha de colonos portugueses em Moçambique. Conforme relata, seus pais “eram pobres, mas viviam muito melhor que na metrópole. Eram, como dizia o meu pai, remediados. [...] Falavam muito das suas terras, mas não queriam regressar. Estavam bem. Estavam felizes” (Figueiredo, 2018, p. 56).

Sob uma relação colonial tipificada por dominação e abuso, essas pessoas acabam imersas na reviravolta da independência e passam a integrar o grupo dos que veem o retorno como obrigação. Isabela volta para onde nunca havia ido, como personificação do futuro, como salvação; os pais ficam, enquanto tipificação

6 A primeira face desse inoportuno seria a apropriação do passado de glórias, desconstruindo-a para, rumando à segunda face, atribuir miséria, desprezo e falta de perspectiva a esses personagens, como se aqueles fatos que os configuraram como representantes do povo português não tivessem valido a pena.

de um passado que insistem em sustentar, sobretudo pela figura do pai, transfiguração do colonialismo e peça central na construção de sentidos da obra. É ele que, em pleno estopim da guerra, acreditava que:

[...] os negros haviam de nos sorrir, sempre, e agradecer o que fizéramos pela sua terra, quer dizer, pela nossa terra, e servir-nos, evidentemente, porque eram negros e nós brancos, e esta era a ordem natural das coisas. Não é normal habituar os cães a coleira e trela, ou abater um cabrito e assá-lo? Pois era essa a ordem do mundo (Figueiredo, 2018, p. 119).

Isabela, menina-mulher intrínseca à figura de Moçambique/África em transição, é reveladora de uma identidade fluida, integrante dessa interface colonizador-colonizado: denuncia ao relatar a exploração racial e sexual do pai, personificação da figura do colonizador, ao passo que o toma como figura de imponência numa sensibilidade mista, mas desequilibrada por menos afeição que discordância; Isabela, enfim, é uma representação dos “netos que Salazar não teve: os filhos da Guerra Colonial, da ditadura, dos retornados, crianças com uma memória própria dos eventos que levaram ao fim do império português em África” (Belonia, 2016, p. 46).

Essa subjetividade fronteiriça, mas apontada rumo a uma identificação com a figura do nativo, se verifica nessa criança que tinha “todo um guarda-roupa de princesa sob um calor húmido de trinta e muitos graus. Uma princesa na picada, rodeada de mato” (Figueiredo, 2018, p. 55), “uma negrinha loira” (Figueiredo, 2018, p. 59), “branca-negra como eles” (Figueiredo, 2018, p. 60) e que moldava sua personalidade na medida em que procurava “ser o que tinha nascido” (Figueiredo, 2018, p. 60).

É o que vemos em passagens como “a colonzinha negra que eu era vendia montezinhos de mangas do lado de fora do portão da machamba” (Figueiredo, 2018, p. 60), mesmo que “vender mangas ao portão, escondida da minha mãe, era uma desobediência que

não compreendia nem resistia a praticar” (Figueiredo, 2018, p. 60), justamente porque “precisava de uma identidade. De uma gramática. Melhor, de poder mostrá-las sem medo” (Figueiredo, 2018, p. 125). Essa reviravolta de afirmação só acontece, primeiro, quando aprende a ler, e, segundo, quando é enviada a Portugal pelo pai durante o pico da guerra, não como retornada na raiz do termo, mas como filha de colonos portugueses, desterrada na medida em que se identifica com outros tantos que “não puderam regressar ao local onde nasceram, que com ele cortaram vínculos legais, não os afetivos. São indesejados nas terras onde nasceram, porque a sua presença traz más recordações” (Figueiredo, 2018, p. 166).

Renegada por algumas categorias saudosas do Estado Novo e que ainda se beneficiavam daquele “estatuto embranquecido”, Isabela, ao publicar *Caderno de Memórias Coloniais*, revela as nuances de um sistema sustentado por relações de poder baseadas em racismo e intolerância, conferindo veracidade na medida em que exercita uma escrita embebida daquela técnica de observação-participante, que remete à etnografia, mas que aparece compartimentada em tópicos de cronologia sequencial numa estrutura típica de diário, dificultando a categorização num gênero literário estanque, predominando a autoficção. Os fatos expostos foram coletados durante a infância enquanto acompanhava o pai, que era o eletricitista responsável por coordenar a construção da rede elétrica da então capital de Moçambique, Lourenço Marques. Desse modo, pode-se dizer que Isabela elabora sua escrita extrapolando o real, na medida em que “ficciona para dizer a verdade, esse outro grande paradoxo da literatura” (Figueiredo, 2018, p. 10).

Nesse sentido, a memória é o fio que delinea a obra, atuando a serviço não de “[...] explicar, porque violência exagerada, barbárie, genocídio, etc, não podem ser explicados, mas sim manter viva a lembrança do que não pode se repetir” (Belonia, 2016, p. 53). Essa espécie de acerto de contas com o passado quebra o silenciamento e reconfigura a história, inovando na medida em que a obra é escrita por uma figura de identidade fronteiriça, de filha de colono. Considerar essas narrativas de colonização sob outro olhar im-

porta, primeiro, como elemento de representação e subsídio para o aparecimento de relatos antes silenciados, numa verdadeira promoção de “psicanálise coletiva” (Figueiredo, 2018, p. 10), mas, principalmente, porque ela, a autora, reconfigura as “histórias de holofote” ao visitar memórias outras das ditas “centrais”. E está justamente aí o triunfo da obra, pois:

Só cabe na memória oficial a memória que exalta o heroísmo, mas é necessário considerar também os rancores, a humilhação e o desejo de vingança. A humilhação e o medo são motores poderosos da ação e reação humana. Essa memória dos retornados é uma memória de derrota, pois os portugueses foram expulsos de África e, ao chegar à Portugal, foram desprezados (Belonia, 2016, p. 53).

## 6 Comuns e diferenças ou o comparatismo propriamente dito: alguma conclusão

Alguns aspectos centrais das duas obras as aproximam, sobretudo em relação à descrição de uma vida lusitana nas ex-colônias portuguesas em África e ao retorno. Importante considerar que tomamos como motivação da ruptura e retorno não apenas, ou prioritariamente, o fracasso do colonialismo, mas, antes, a organização por independência dos povos africanos, cultural e historicamente violentados e que encontraram na luta armada o pressuposto para retomada de séculos de dominação.

Aqui, portanto, um ponto de partida em busca de alguma conclusão: se, enquanto brasileiros, “[...] uma boa parte da maneira de ser de Portugal está em nós, sob matização tropical” (Abdala Jr, 2003, p. 68), percebe-se que nos países africanos de língua portuguesa há também um traço lusitano entranhado; ele ocorreu, antes, por um longo processo de imposição que não deve ser minimizado ao propormos uma metodologia de acordo tácito. Logo, essas articulações só existem se livres dos descalabros coloniais ou imperiais, os mesmos que hoje se mostram adaptados em relações de subserviência econômica entre *centro*

e *periferia*, tendo Estados Unidos e Europa como referências de hegemonia sob as diretrizes do sistema capitalista. O requisito deste trabalho, é, antes, propor uma cooperação entre as *periferias do mundo* em suas constituições culturais demarcadas pelo artifício da língua portuguesa, buscando compreender a formação das respectivas sociedades por intermédio de suas literaturas sob um método comparatista.

Percebe-se, assim, que nos países africanos de língua portuguesa a constituição de uma identidade nacional passa pela consideração da literatura brasileira, servindo esta como “[...] inspiração para aqueles que propugnavam uma forma especial de ruptura com a metrópole” (Chaves, 2005, p. 270). Apesar da relação de exploração que se estabeleceu pelos anos de escravidão no Brasil, bem como o preconceito que ainda se instaura pelas nomenclaturas de “paradisíaco”, “infernai”, “miserável” “numa sociedade em que o selo de urbanização distingue-se como traço de prestígio” (Chaves, 2005, p. 264), o fato é que o continente africano está entranhado na constituição sociocultural brasileira, abastecendo-a de uma riqueza, inclusive religiosa e ancestral, sem precedentes, de modo que

Iniciadas sob a égide da violência, as relações entre o Brasil e os países africanos moveram-se também por outras águas, cuja dinâmica requer atenção para que se compreenda melhor também a complexidade dos canais identitários que nos ligam. E para a compreensão mais funda de toda essa situação, afirmamos que a leitura das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pode ser um caminho para se perceber que as rotas inauguradas pelo tráfico instauraram vias de mão dupla que foram revitalizadas pelos escritores africanos desde o século passado (Chaves, 2005, p. 265-266).

Portanto, essa interlocução nos projeta como partes de um sistema, estimulando a procurar “[...] nos textos literários engajados em português, similaridades contextuais (dentro da dinâmica de cada série literária nacional e entre elas) e similaridades situacionais (dos fatores relativos à base histórico-social)” (Abdala



Jr, 2003, p. 104) como motivos para fortalecimento de laços unificados pela língua. Colocar Isabela Figueiredo e António Lobo Antunes frente a frente pretende constituir passo importante para intensificar essas trocas.

Assim, *Caderno de memórias coloniais* e *As Naus* não se retroalimentam a partir de um exercício comparatista tradicional, tendo em vista que não há fonte ou influência explícita entre as duas narrativas, ou entre ambas a partir de outra, primeira. O que há em comum é a intenção de expressar perspectivas pós-coloniais, primeiro, sob ponto de vista de uma menina-mulher que viveu a conjuntura enquanto filha de ex-colono, e segundo, sob as lembranças de um médico do exército português<sup>7</sup> que atuou durante as guerras de independência em Angola e que ficcionaliza ao misturar diferentes períodos da história portuguesa para reconfigurar o nacionalismo a partir de um Portugal devastado. No meio de ambos, similaridade situacional, constatamos o estatuto dos retornados; em ambos, uma representação literária como projeto ético e político para delimitação de uma memória antes acobertada pelos discursos hegemônicos do estatuto colonial na África portuguesa.

Na composição, outras aproximações e distanciamentos: Lobo Antunes estrutura a obra remetendo ao desmantelamento do relato, “[...] o que justifica a confusão cronológica de seus personagens, a aglomeração de vozes desterradas mescladas a do narrador e a propositadamente débil organização estrutural da narrativa” (Bergamo; Medeiros, 2017, p. 122). Essa confusão proposital, misturada às imagens fantásticas, resulta numa construção caótica dos personagens em suas trajetórias de retorno mediante um passado de êxitos e rumo a um presente-futuro de miséria extrema. É o que percebemos no seguinte fragmento de *As Naus*:

Dois prédios na Morais Soares e eu sem jantar, pensou Pedro Álvares Cabral, raios partam a liberdade se a liberdade é isto, quero mas é os meus cabarés de Loanda e

<sup>7</sup> António Lobo Antunes atuou como médico militar durante a guerra colonial em Angola, entre 1971 e 1973. Esse período da vida do autor ficou registrado através do filme *Cartas da Guerra*, de 2016, onde são narrados episódios do conflito, bem como o lirismo das cartas escritas por António à esposa durante o período.

as minhas auroras sarnosas de cacimbo, quero os meus musseques de desgraça, quero os meus cheiros de esterqueira de África quando não tinha fome nem vergonha (Antunes, 2011, p. 50).

A representação passado-presente em *Isabela*, ao contrário, é linear, cronológica, sem trazer referências historiográficas outras que não as vividas pela personagem durante a infância em Lourenço Marques, bem como o presente-futuro de retornada ao ser mandada para a cidade de Caldas da Rainha, onde mora com a avó; é, ao contrário das personagens de Lobo Antunes, uma retornada amparada.

Nesse sentido, em *Isabela*, há uma coincidência entre feminino e África. “Insultavam-me por já ser uma mulher. Isso bastava” (Figueiredo, 2018, p. 153), onde o pai transfigura-se como representação do passado colonial embebido de opressões de toda ordem. No decorrer da obra, fica claro como *Isabela* se torna independente e faz as pazes com o seu passado, bem como África, agora independente, vislumbra um futuro que é seu. Ao dizer que “o meu pai não me arrancou ao que eu era nem ao que eu pensava; o meu pai não foi capaz de formar o meu pensamento. O meu pai não me dobrou. Escapei-lhe” (Figueiredo, 2018, p. 145), constatamos uma representação dessa dupla independência, real e figurada, pessoal e consubstanciada.

Entre as diferenças fundamentais, reforçamos outros dois aspectos estruturantes, alternativas que se revelam na disposição das narrativas, opondo-as: enquanto Lobo Antunes recorre a uma concepção de história ficcional, anacrônica, e que trança os períodos através da construção de personagens baseados na reconfiguração do cânone português, *Isabela* parte da autoficção, conferindo veracidade ao resgatar um passado ainda oculto, acobertado pelas configurações discursivas do colonialismo. Rech e Scalia (2022), em trabalho sobre essa mesma obra de *Isabela* Figueiredo, retomam o conceito de autoficção enunciado por Anna Faedrich, ou seja, uma “prática literária contemporânea da ficcionalização de si, em que o

autor estabelece um pacto ambíguo com o leitor, ao eliminar a linha di-visória entre fato/ficção, verdade/mentira, real/imaginário, vida/obra, etc”, propondo, deste modo, um percurso “que é da obra de arte para a vida – e não da vida para a obra, como na autobiografia” (Faedrich *apud* Rech; Scalia, 2022, p. 104).

Já no romance *As Naus*, as personagens são o ontem e hoje, entranhadas e envoltas por um fantástico enredado em real, compondo uma espécie de “antiepopéia<sup>8</sup>” na medida em que executam, mediante a noção de romance histórico já enunciada, um estranhamento no leitor, haja vista o conhecimento histórico prévio. Ora, se Camões relacionou a pátria às aventuras de herói épico em *Os Lusíadas*, Lobo Antunes realiza, não sem se valer do artifício da paródia, o

[...] reverso da epopeia, o retorno de homens notoriamente perdidos e sós, que buscam a identidade esquecida durante séculos, nos livros e enciclopédias de liceus e, nesse sentido, também não há pátria, nem no presente, nem na história. O romance apresenta uma demolição do passado. Dele só restam personagens deslocados no tempo, perdidos na solidão da contemporaneidade (Silva, 2013, p. 116).

Despregados das características de seus respectivos tempos, fazem parte de um universo novo, oferecendo ao receptor essa percepção que possibilita à revisão dos sentidos antes construídos pela historiografia tradicional. Eis, portanto, mais um mérito da literatura: o cruzamento de elementos de diversas épocas como força motriz, sendo capaz de deslizar a narrativa entre abismos temporais, reduzindo essas distâncias e possibilitando novos olhares, humanizando as personagens ao equipará-las com as mazelas do povo português de séculos depois.

Há, nesse sentido, uma desarticulação da realidade, transgressão que se configura, também, pela variação do foco narrativo que atravessa toda a obra. Não são raras as passagens em que esse deslocamento abrupto acontece, tanto pela falta de uma marcação

<sup>8</sup> Categoria enunciada por Ana Paula Arnaut, professora da Universidade de Coimbra, especialista na obra do escritor António Lobo Antunes. A referência a esse conceito consta em Silva (2013).

que oriente o leitor à compreensão de quem ou sobre quem se fala, quanto pela descrição excessiva de ambientes, estados ou condições que *jogam* o interlocutor (que é narrador quase ao passo que é de quem se fala, dada a proximidade entre eles) para segundo plano; confundem-se, enfim, como se tudo fizesse “[...] parte de um sonho, parte de uma esquizofrenia que, em sentido mais amplo, atingiu também o povo português pós-colonial” (Ferreira, 2012, p. 5).

Exemplo disso é a mudança do foco narrativo encabeçada pela adversativa “mas”, bem como pelo substantivo “palavra”, transitando a terceira para a primeira pessoa em passagem que descreve Camões conduzindo os restos do pai a algum cemitério disponível em Lixboa:

O homem de nome Luis mudou o pai de braço para aliviar o cotovelo *mas palavra* que nunca pensei que Lixboa fosse este dédalo de janelas de sacada comidas pelos ácidos do Tejo, as vacas sagradas destes rebanhos de eléctricos, estas mercearias de saquinhos de amêndoas e de garrafas de licor, *palavra* que imaginava obeliscos, padrões, mártires de pedra, largos percorridos pela brisa sem destino da aventura, em vez de travessas gotosas, de becos de reformados e de armazéns nauseabundos, *palavra* que imaginava uma enseada repleta de naus aparelhadas que rescendiam a noz-moscada e a canela, e afinal encontrei apenas uma noite de prédios esquecidos a treparem para um castelo dos Cárpatos pendurado no topo, uma ruína com ameias em cuja hera dormiam gritos estagnados de pavões (Antunes, 2011, p. 67, grifo nosso)

É desse modo que António Lobo Antunes transmite os sentidos da obra: recorre a uma disposição estética pouco convencional, permitindo ao leitor atento a percepção “[...] do movimento e os longos deslocamentos das naus, de avanço e retorno, no comprimento excessivo de muitos períodos, nas trocas de foco narrativo a meio de parágrafo” (Ferreira, 2012, p. 9), fazendo da forma mais que um arranjo estático; ela é, antes, o próprio sentido.

Já os personagens de Isabela partem do vivido para ocuparem lugares maiores, para além de si. Assim, o pai se confunde com a figura do colonialismo salazarista, aparentemente imponente, mas vivo enquanto a terra ainda é “virgem”. Nessa mesma esteira, a própria Isabela se funde à África ao tomar consciência e perceber sua capacidade de autonomia, resultando numa revolta veemente e que clama por independência. Não há um deslocamento temporal, mas a corporificação do enredo colonial; a história da colonização e independência de Moçambique, é, enfim, personificada. Também constatamos que apesar de dispor de uma narrativa em primeira pessoa num tom semelhante ao de um diário, também existem desvios de focos narrativos, mais tímidos e não sob intenção aparente de estranhamento e confusão. São, na verdade, recursos de explicitação de testemunho, de pessoa que viveu o momento anunciado. Essas intercalações entre sua voz e a voz dos amigos do pai, uma seguida da outra, uma justificando a outra, exemplificam o arranjo:

Lembro-me de uma outra conversa sobre o 25 de abril, também ao final da tarde, na Baixa, do lado esquerdo do edifício do bazar, cá fora. Um grupo de homens, como sempre, eu a única rapariga, apenas porque acompanhava o meu pai, e participava como testemunha irrelevante nos seus atos públicos. Era a filha do electricista. *Está crescida a tua filha. Andas em que classe?* E pouco mais. Ouvia (Figueiredo, 2018, p. 95, grifo nosso).

Eis, portanto, outra rachadura entre as duas escritas: se Lobo Antunes tem a paródia e algum humor como recursos para atribuição de características aos seus personagens, inclusive para revelar a inércia daqueles que passaram a viver em miséria séculos depois das glórias, Isabela figura suas tomadas de consciência sem se desprezar do vivido, valendo-se, inclusive, de visadas poéticas para isso. É o que acontece, primeiro, para designar a libertação pela simbologia do anel. Esse objeto, que retomava a ideia de prisão, agora é jogado “até a primeira plateia, [...] para sempre, nas



mãos dos negros” (Figueiredo, 2018, p. 73). E segue Figueiredo: “num domingo, fi-lo, e respirei de alívio. Adeus, anel. Adeus, suplício. Adeus para sempre” (Figueiredo, 2018, p. 73). Nessa cena, em que a autora está numa sala de cinema em Lourenço Marques, percebe-se, portanto, um deslocamento rumo à liberdade de assumir quem se é. Posteriormente, esse mesmo acesso à liberdade se dá pela capacidade de leitura:

*Agora já não havia guerra em mim, e podia descansar; as regras de leitura fizeram sentido num ápice, só porque a tangerina teimosa decidira abrir-se por inteiro no meu cérebro, como um polvo que estende os tentáculos. [...] Esse milagre de ler, essa magia tão rápida no meu cérebro, como se alguém movesse uma varinha à distância ou soletrasse palavras misteriosas, desenfeitiçaram-me. A partir dessa tarde de sábado, embora minha prisão física não se alterasse, e os muros continuassem altos à minha volta, em todos os lugares, apossei-me da ferramenta com que escavaria a minha liberdade (Figueiredo, 2018, p. 83, grifo nosso).*

É desse modo que romance histórico e relato compromissado com a atualização da memória se encontram (e se afastam) com propósitos semelhantes, apesar das distintas concepções de história, configurações narrativas e construção das personagens. Por fazerem parte desse rol de obras e escritores que motivam despertares de consciência sobre um passado acobertado pelos discursos hegemônicos, ambos se convertem em importantes ferramentas de ação, numa coincidência entre estética e política. Essas especificidades do texto literário, enfim, acabam nos transportando para um contexto que também é nosso, na medida em que compomos esse intercâmbio cultural.

## Referências

ABDALA JR, Benjamin. *De voos e ilhas: literatura e comunitarismos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABDALA JR, Benjamin. Fronteiras múltiplas, identidades plurais. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 4, n. 2, p. 30-40, 2012. Disponível em: <http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/viewFile/145/167>. Acesso em: 04 dez. 2024.

ABDALA JR, Benjamin. O comparatismo literário entre os países de língua oficial portuguesa: perspectivas político-culturais e reflexões comunitárias. In: BERGAMO, Edvaldo; PANTOJA, Selma; SILVA, Ana Cláudia da (org.). *África contemporânea em cena: perspectivas interdisciplinares*. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 51-67. Disponível em: [biblio.fflch.usp.br/Abdala\\_Junior\\_B\\_206\\_2724905\\_OComparatismoLiterarioEntreOsPaísesDeLinguaOficialPortuguesa.pdf](http://biblio.fflch.usp.br/Abdala_Junior_B_206_2724905_OComparatismoLiterarioEntreOsPaísesDeLinguaOficialPortuguesa.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

ANTUNES, António Lobo. *As Naus*. Rio de Janeiro: Objetiva (Alfaguara), 2011.

BELONIA, Cinthia da Silva. Memória colonial em Caderno de memórias coloniais de Isabela Figueiredo. *Thaumazein*, Santa Maria, v. 9, n. 17, p. 45-55, 2016. Disponível em: [https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/616/pdf\\_1](https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/thaumazein/article/view/616/pdf_1). Acesso em: 04 dez. 2024.

BERGAMO, Edvaldo A.; MEDEIROS, Ana Clara Magalhães de. Lixboa revisitada ou o império retornado: a mito-poética da Mensagem (e uma saudade lusíada) n'As Naus de Lobo Antunes. *Navegações*, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 121-130, 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/23860/16432>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CASTELO, Cláudia. Migração ultramarina: contradições e constrangimentos. *Ler História*, Lisboa, n. 56, p. 71-85, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1950>. Acesso em: 04 dez. 2024.

CHAVES, Rita. A Utopia em Trânsito sob os Ventos do Império. *In*: CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: Experiência Colonial e Territórios Literário*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005. p. 243-302.

DUARTE, Maria João Domingues. Os retornados das ex colônias portuguesas: representações e testemunhos. *In*: Carvalho, ALEXANDRA *et al. Omni Tempore: atas dos Encontros da Primavera*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. p. 503-529. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17417.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2024.

FERREIRA, Gabriela Semensato. Linguagem e estrutura na narrativa em *As Naus*, de António Lobo Antunes. *Nau Literária: crítica e teoria de literaturas*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 1-9, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/viewFile/32325/23834>. Acesso em: 04 dez. 2024.

FIGUEIREDO, Isabela. *Caderno de memórias coloniais*. São Paulo: Todavia, 2018.

FLORES, Marilda dos Santos Monteiro das. *Retornados, desalojados, deslocados: a construção da memória do regresso de Angola para Portugal*. 2019. 216 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/teses-de-doutorado-e-egressos-pasta/retornados-desalojados-deslocados-a-construcao-da-memoria-do-regresso-de-angola-para-portugal>. Acesso em: 04 dez. 2024.

GUILLEN, Antonio Ricardo Martins. *A descolonização da África e o luso-tropicalismo: Repercussões no Brasil e em Portugal*. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2007. Disponível em [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/AntonioRicardo\\_Guilen.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/AntonioRicardo_Guilen.pdf). Acesso em: 06 fev. 2021.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

PERALTA, Elsa. A integração dos “retornados” na sociedade portuguesa: identidade, desidentificação e ocultação. *Análise Social*, Lisboa, v. 231, n. 2, p. 310-337, 2019. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/22192/16330>. Acesso em: 04 dez. 2024.

RAMPINELLI, Waldir José. Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 119-132, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25696/18330>. Acesso em: 06 set. 2023.

RECH, Alessandra Paula; SCALIA, Daniele. Dos pornotrópicos à emancipação da mulher: corpo e território em Cadernos de Memórias Coloniais, de Isabela Figueiredo. *Veredas*, n. 37, p. 103-116, 2022. Disponível em: <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/836/529>. Acesso em: 06 set. 2023.

SILVA, Suzana Costa da. Passado e presente, imprecisões do tempo e da história em *As Naus*, de António Lobo Antunes. *Convergência Lusíada*. Rio de Janeiro, v. 24, n. 30, p. 109-120, 2013. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/119/120>. Acesso em: 04 dez. 2024.

## Publisher

Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras. Publicação no Portal de Periódicos UFG. As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.